

PRECATÓRIOS/ Proposta do governo ainda sofre resistência entre senadores. Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco diz que se o texto receber aval do colegiado, irá à avaliação do plenário na quinta-feira

CCJ vota, hoje, a controversa PEC

» ISRAEL MEDEIROS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a PEC dos Precatórios deve ser votada pelo plenário da Casa na quinta-feira. O texto será analisado, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a partir das 9h. A proposta é a aposta do governo para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400.

"Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, eu levarei imediatamente para a pauta do Senado. Acredito que na quinta-feira, após as sabatinas que teremos", disse Pacheco, numa referência às reuniões, nesta semana, para avaliar indicações de autoridades.

Para tentar aprovar a PEC, o relator da proposta e líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), fez sete alterações no texto avaliado pela Câmara. A principal delas dá caráter permanente ao Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família e que estava originalmente previsto para terminar em dezembro de 2022. Esse era um pleito de parlamentares. Outra alteração é a garantia de que os recursos a serem liberados com a PEC sejam vinculados aos gastos com o Auxílio e às despesas previdenciárias ligadas ao salário mínimo.

Ao **Correio**, o líder do Cidadania no Senado, Alessandro Vieira (SE), disse que as modificações

Reforma do IR, só ano que vem

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a decisão sobre a reforma do Imposto de Renda ficará para 2022. O governo pressionava pela aprovação da proposta para financiar o Auxílio Brasil, mas não conseguiu apoio na Casa. "Fica para o ano que vem a decisão para esse projeto da reforma do Imposto de Renda", disse o parlamentar durante evento na Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR), em Curitiba. No discurso, ele defendeu uma reforma tributária mais ampla e disse que há urgência na medida, mas ponderou ser necessário uma reflexão sobre o conteúdo das mudanças. O senador reforçou a aposta em aprovar o novo Refis ainda em 2021. O texto está na Câmara.

feitas no texto foram "muito incipientes". "O líder do governo está sendo receptivo, mas a equipe econômica, não. Os principais impasses são na ampliação do subtepo para o pagamento dos precatórios — o calote — e a mudança do indexador", pontuou.

Jefferson Rudy/Agência Senado



O relator da PEC e líder do governo, Fernando Bezerra (C), tenta vencer resistências ao texto

Já o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) ressaltou que as negociações estão "difíceis". "Não queremos que eles mexam na regra do teto, há uma resistência grande sobre isso. A conversa não tem avançado, vai acabar sendo decidido no voto.

Só amanhã (hoje) saberemos a real situação", frisou.

Na avaliação dele, tornar o Auxílio Brasil permanente é um equívoco, já que Bezerra não indica de que forma isso será possível. "Ele não explica a fonte, deixa tudo em aberto. É mais um defeito,

quebra o teto e quebra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Virou uma bagunça", disparou.

Para que o governo cumpra a promessa de pagar os R\$ 400 ainda em dezembro, a PEC precisa ser aprovada, também, em dois turnos no plenário do Senado,

com o apoio de pelo menos três quintos dos parlamentares. Se ganhar o aval da Casa, terá de voltar à Câmara, já que o texto foi alterado.

Leia mais sobre PEC dos Precatórios na página 7



Ele (Bezerra) não explica a fonte (para financiar Auxílio), deixa tudo em aberto. É mais um defeito, quebra o teto e quebra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Virou uma bagunça"

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), senador

JUDICIÁRIO

Crédito: Nelson Jr./SCO/STF



Fux: empate pró-réu, só em situações "excepcionalíssimas"

Empate em julgamento não absolve réu, diz Fux

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, decidiu que o empate no julgamento de ações penais não pode ser convertido na absolvição do réu. O entendimento vale para períodos em que o plenário estiver desfalcado.

A decisão de Fux responde ao problema institucional criado pela demora na sabatina do ex-ministro da Advocacia-Geral da União André Mendonça, indicado para a vaga aberta com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello. Enquanto aguarda a aprovação do próximo integrante pelo Senado Federal, a Corte opera com um ministro a menos e sob o risco constante de empate nos julgamentos.

Para evitar desgastes, temas em que há maior chance de impasse têm sido mantidos fora da pauta. A estratégia, no entanto, não impediu que o plenário terminasse dividido ao julgar o ex-deputado André Moura, em setembro. Na ocasião, Fux decidiu suspender a análise da ação penal, que estava com o placar em 5 a 5, para aguardar a nomeação do 11º ministro do tribunal. Já os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski sinalizaram que a solução adotada no caso de empate deveria ser favorável ao réu.

Ao analisar uma questão de ordem contra a suspensão, Fux bateu o martelo e disse que a proclamação do empate em favor do réu está restrita a situações

"excepcionalíssimas" e não inclui períodos em que o tribunal estiver incompleto.

"O empate transitório no julgamento de uma ação penal, decorrente de vaga ou ausência de um integrante da Corte, não conduz à prolação de resultado absolutório do réu", escreveu. "A solução favorável em caso de empate no habeas corpus, portanto, constitui regra excepcionalíssima, que não pode ser estendida a casos distintos dos previstos", acrescentou.

Preferência

O presidente do STF ainda observou que as normas dão preferência ao voto de desempate no lugar da solução favorável ao réu. "As soluções normativas para o caso de empate são variadas, não conduzindo à aplicação da decisão mais favorável em casos outros que não aqueles previstos expressamente em lei", concluiu.

O senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que tem a prerrogativa de pautar a sabatina por ser presidente da Comissão de Constituição e Justiça e vinha travando a análise da indicação de André Mendonça desde agosto, marcou o procedimento para amanhã. Caso seja aprovado no colegiado e depois no plenário do Senado, o ex-advogado-geral da União poderá tomar posse ainda neste ano, antes do recesso (leia reportagem na página 4).

CPI DA COVID

MPF/Divulga??o



Aras terá de explicar providências sobre relatório da CPI

Comissão do Senado avalia ouvir Aras

O convite para que o procurador-geral da República, Augusto Aras, compareça à Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) do Senado é um dos requerimentos a ser deliberado, hoje, pelo colegiado. Ele está sendo convidado a prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas em relação aos fatos levantados e aos pedidos de indiciamentos contidos no relatório da CPI da Covid.

Autor do requerimento, o vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), argumenta que, de acordo com a legislação

processual aplicável, o procurador-geral da República dispõe de 30 dias para adotar as providências cabíveis quanto ao conteúdo do relatório das investigações, aprovado em 26 de outubro.

"Ao longo das suas mais de 1.200 páginas, (o relatório) aponta diversos fatos criminosos e seus respectivos responsáveis, para que as autoridades competentes adotem providências relativas ao aprofundamento das investigações e à devida responsabilização penal, civil e administrativa", justifica Randolfe Rodrigues no pedido. (Agência Senado)

Entrada de Ambulância

1.400 OBRAS NO DF

Nova UPA do Paranoá